

Auditoria do Metrô deve ser concluída

O metrô de Brasília é uma das milhares de obras que foram, recentemente, investigadas pelo Congresso Nacional por terem ficado inacabadas apesar de terem recebido recursos da União.

Para terminá-lo o GDF terá que arcar com o desembolso de somas significativas e está dependendo de uma autorização legislativa para a criação do Fundo de Liquidez que servirá de garantia ao novo contrato de financiamento com o Banco do Brasil.

Fica claro, mesmo para quem não acompanhou sua história, que o metrô de Brasília não pode ser considerado como uma obra onde tudo andou criteriosamente dentro dos parâmetros técnicos e legais como seria de se esperar sua necessidade ou não. O acerto ou não da decisão de fazê-lo.

Ele está aí. Ou melhor, deveria estar. Por enquanto o que temos é uma cidade completamente esburacada pagando um alto preço pela paralisação da obra.

O fato de termos consciência do quanto é urgente reiniciar as obras do metrô, não implica que devamos passar a borracha no passado e deixar de lado as investigações que se fizeram necessárias ao esclarecimento do processo que nos levou a

pagar três vezes mais do que o inicialmente pretendido por um metrô que até hoje não está nos trilhos.

Durante o governo passado, toda vez que o assunto era a obra do metrô, o Partido dos Trabalhadores defendia a investigação exaustiva de todos os procedimentos adotados.

Durante a campanha eleitoral de 94 vários de nós, candidatos, garantimos à população que, se eleitos, apoiaríamos e, mais, levaríamos adiante, dentro das possibilidades de cada um, a investigação.

Foi em função dessa promessa que, ao assumir a Secretaria de Fazenda e Planejamento, responsável pelo controle interno do governo do Distrito Federal, tomei a iniciativa de encaminhar a proposta de auditoria.

Houve, à época, quem fosse contra. Acreditavam que seria impossí-

vel chegar a conclusões definitivas. No entanto, estou convencido de que cabe ao homem público a responsabilidade de tentar encontrar respostas. Não podemos admitir resultados *a priori*.

Era preciso que houvesse uma equipe, de alto gabarito, especializada em engenharia que pudesse dar suporte à auditoria contábil e, ao mesmo tempo, fizesse os questionamentos técnicos necessários.

O GDF tentou firmar um convênio com as universidades de Brasília e de São Paulo para o desenvolvimento desse trabalho. No entanto, a proposta que foi encaminhada pelas universidades, segundo os técnicos da Secretaria de Obras, não atendia às necessidades.

A Secretaria de Fazenda e Planejamento, mesmo assim, iniciou a auditoria com uma equipe de técnicos escolhidos, sem nenhuma interfe-

rência externa, entre os mais competentes da carreira pelo próprio subsecretário de Auditoria.

Ainda durante minha gestão na SEFP, foram produzidos dois relatórios parciais da auditoria. O governador chamou a si a responsabilidade pela divulgação e, naquele momento, como ainda não tínhamos pronta a conclusão, achou por bem não tornar públicos os dados.

Terminar o trabalho caberá à nova equipe da Fazenda. Se acatada a sugestão da comissão do Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União deverá se integrar a essa equipe.

Creio que, além da participação do TCU, sem dúvida extremamente salutar, deveríamos contar, também, com o TCDF que já possui amplo conhecimento do assunto.

O fundamental, porém, é que a auditoria seja concluída e seus resultados venham a público, pois há revelações da maior gravidade que abrangem o processo da obra desde a licitação até a aferição de preços que não podem permanecer sob sigilo. A população tem o direito de conhecê-las.

■ Wasny de Roure é deputado distrital pelo PT, economista e foi secretário de Fazenda e Planejamento do DF em 1995

“O que temos é uma cidade esburacada pagando pela obra parada”